

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EFETIVIDADE DESSA POLÍTICA PÚBLICA NO CARIRI

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND EXPANSION OF HIGHER EDUCATION: THE EFFECTIVENESS OF THIS PUBLIC POLICY IN CARIRI

Recebido em: 10/04/2022

Aceito em: 14/05/2022

Wagner Pires da Silva¹ 

Resumo: O início do século XXI foi marcado por uma política de expansão da educação superior, baseada em um padrão em que os modelos privado e público se complementariam. No entanto, a maior parte das vagas foi criada por instituições privadas, com farto financiamento público, principalmente em faculdades que ofertavam cursos de baixo investimento, em que a pesquisa e a extensão eram realizadas de forma reduzida, quando ocorria. A ascensão de políticas neoliberais levou à diminuição dos investimentos públicos, com a conseqüente pressão para que o financiamento da educação superior possa ser realizado majoritariamente por meios privados. Boa parte das políticas neoliberais para a educação superior se baseia na mercantilização das instituições, com o alinhamento destas às demandas do mercado em detrimento dos anseios da sociedade. O estudo busca apresentar as diferentes formas de atuação das instituições públicas e privadas de educação superior, refletindo sobre a efetividade da política pública e sua relação para o desenvolvimento sustentável do semiárido, onde está inserido o Cariri. A pesquisa, exploratória e bibliográfica, utilizando uma abordagem qualitativa, aponta que as instituições públicas do Cariri contribuem de forma mais efetiva para o desenvolvimento da região, mesmo com número de vagas ofertadas menor do que a rede privada.

Palavras-chave: Expansão da educação superior; políticas públicas; mercantilização; semiárido.

Abstract: The beginning of the 21st century was marked by a policy of expansion of Higher Education, based on a model in which the private and public models would complement each other. However, most of the openings were created by private institutions, with abundant public funding, especially in colleges that offered low-investment courses, where research and extension were performed in a reduced way, if at all. The rise of neoliberal policies has led to a decrease in public investment, with the consequent pressure for the financing of Higher Education to be done mostly by private means. A good part of the neoliberal policies for Higher Education is based on the mercantilization of institutions, aligning them to market demands to the detriment of society's desires. The study seeks to present the different forms of action of public and private institutions of Higher Education, reflecting on the effectiveness of public policy and its relationship to the sustainable development of the semi-arid region, where Cariri is located. The research, exploratory and bibliographical using a qualitative approach, points out that public institutions in Cariri contribute more effectively to the development of the region, even with a smaller number of vacancies offered than the private network.

Keyword: Expansion of higher education; public policies; mercantilization; Semi-arid.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: wagner.pires@ufpel.edu.br

INTRODUÇÃO

Em relação a outros países da América Latina, a educação superior brasileira é de constituição recente. Enquanto em suas colônias a Espanha estabeleceu as primeiras universidades ainda no século XVI, no Brasil, apenas no princípio do século XIX, com a chegada da família real portuguesa, foi que surgiram os primeiros cursos de nível superior, e apenas na década de 1920 começam a ser criadas as primeiras universidades.

A educação superior permaneceu concentrada nas capitais e em algumas cidades das regiões Sudeste e Sul do país. Para acessar um curso de terceiro nível, os moradores dos demais territórios deviam se deslocar para onde estavam sediadas as instituições.

As primeiras instituições de ensino superior no Ceará surgiram apenas no século XX, sendo que somente em meados da década de 1950 seria criada a primeira universidade do Estado, a Universidade Federal do Ceará (UFC). Apenas nos anos 1980 seriam criadas universidades estaduais em cidades do interior cearense: a Universidade do Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, e a Universidade Regional do Cariri (UFCA), no Crato.

O Cariri cearense, bem como outras regiões do interior do estado, só receberia instituições federais de ensino superior na primeira década do século XXI, no contexto da expansão da educação superior, fruto de uma política pública do governo federal que estimulava a criação de campi, faculdades e universidades por meio de programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), voltado para as instituições federais, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que financiavam as instituições particulares.

Esses dois modelos de educação superior, o público e o privado, protagonizaram a ampliação de vagas na região, consolidando o Cariri enquanto polo de educação superior do interior não só do Ceará, como do Nordeste. Este trabalho analisa a expansão da educação superior para o Cariri por meio da atuação das instituições de ensino que se estabelecem na região, apresentando um panorama dessa política pública de expansão. Na introdução, deve-se apresentar o tema do artigo e a problemática em que se insere e desenvolver os objetivos que se pretende atingir.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Constituição Federal brasileira assegura a educação como direito de todos e dever do Estado. Os artigos que tratam da educação são, inequivocamente, redigidos considerando o

caráter público da educação (CEZNE, 2006), sendo que, mesmo quando concedido à iniciativa privada, a qual pode atuar em todos os níveis de ensino, o poder público estabelecerá normas e realizará a avaliação dessas concessões. Outra característica importante assegurada pela Constituição é a gratuidade do ensino ministrado em estabelecimentos oficiais. Às universidades é garantida a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e ainda estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em 1996 seria aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Pode-se dizer que a mesma inaugurou o mercado da educação superior ao permitir o surgimento de instituições de ensino superior (IES) com fins lucrativos. Até então, apenas instituições públicas ou sem fins lucrativos poderiam ministrar cursos de educação superior.

O fim da ditadura militar e a conseqüente redemocratização, bem como o debate em torno da elaboração da nova Constituição, ampliaram as discussões sobre a diminuição das desigualdades brasileiras. A educação superior e sua expansão não ficaram de fora dessas discussões, afinal, “[...] a produção e a apropriação do conhecimento são condições insubstituíveis do desenvolvimento econômico e social” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011, p. 42). Fazia-se necessária uma política pública que garantisse que a produção e a apropriação do conhecimento fossem realizadas pelos mais diversos públicos, de acordo com a realidade vivenciada em cada território. Cabia ao ensino superior, em sua relação com a sociedade, assegurar isso. Esse é o âmago da política dos governos Lula e Dilma (2003-2016) para a educação superior, em que a expansão é vista como:

[...] uma vertente da democratização do acesso à educação superior e considerando ainda a função social das instituições federais de ensino (IFES), qual seja a de contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais, é de se esperar que cada vez mais essas instituições derivem para as regiões menos favorecidas, onde a formação profissional tende a ser dificultada (SULIANO, 2013, p. 17).

No entanto, a expansão da educação superior não foi uma política limitada às instituições públicas. Diante da ampliação dos atores privados na educação superior, desde a nova LDB, essas discussões sobre a expansão se encaminharam para uma solução em que fossem utilizadas tanto instituições públicas, que necessitavam de reestruturação, quanto as privadas, que possuíam um alto índice de vagas ociosas. A utilização de recursos públicos para o financiamento de instituições privadas iniciara já em 1999, quando o governo federal criou o Fies, que financiava as mensalidades de estudantes das instituições privadas.

Na primeira década do século XXI, o FIES passa por uma reformulação, para que, junto com mais dois programas, o Prouni, que ofertava bolsas para estudantes de baixa renda em cursos de graduação privados, por meio de isenção de impostos das instituições, e o Reuni se tornassem a base da expansão da educação superior das últimas duas décadas (SILVA, 2016).

Diante de uma crescente demanda por ensino superior, com parte das vagas financiadas direta ou indiretamente por recursos federais, foram sendo criadas diversas IES, que proliferaram pelas capitais e logo foram se direcionando para as cidades médias e pequenas do interior dos estados, regiões onde a oferta de educação superior era insuficiente, ou, a depender da região, inexistente.

Uma simples análise das ações das instituições é suficiente para perceber que, dentro de uma perspectiva voltada para o desenvolvimento regional, o enfoque voltado às demandas sociais de territórios, como o do semiárido, é geralmente abordado pelas universidades públicas. As instituições privadas pouco atuam para além das demandas por lucro de suas mantenedoras.

A assunção de um novo papel social exige das instituições de ensino superior atuação direta nos processos de desenvolvimento econômico, social e cultural brasileiro, a fim de conciliar o compromisso e a criatividade, o empreendedorismo e as inovações tecnológicas e pedagógicas com as necessidades das populações por ela atingidas. (CHALUB; FRATE; VINCENTIM, 2012, p.126).

Essas são as condições sobre as quais a expansão da educação superior se efetiva no semiárido. O Cariri cearense, em pleno semiárido nordestino, embora uma das regiões mais populosas do Ceará e um polo comercial e cultural do interior do Nordeste, contava com poucas opções para sua população realizar um curso superior, possuindo apenas uma instituição pública, mantida pelo governo do estado do Ceará, a Universidade Regional do Cariri (URCA), criada apenas nos fins dos anos 1980, a partir da Faculdade de Filosofia do Crato, datada dos anos 1970. Nos anos 2000, com o avanço da expansão da educação superior, o Cariri iria receber não apenas uma nova universidade federal em seu território, mas diversas faculdades privadas, que consolidaram a região em polo universitário.

O CARIRI CEARENSE

Localizado no Sul do Ceará, a região do Cariri é composta por 17 municípios, sendo que as 3 maiores cidades, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, formam uma conurbação denominada popularmente de Crajubar. Juazeiro do Norte é conhecida nacionalmente pela devoção ao Padre Cícero, atraindo todos os anos milhares de devotos de todo o Nordeste, que

contribuem para movimentar a economia de toda a região. O Cariri é das regiões mais férteis do Estado, apresentando um índice pluviométrico elevado, quando comparado a outras áreas do semiárido, o que contribui para razoável produção agrícola.

No Ceará, a educação de nível superior se concentrou em Fortaleza, desde seu surgimento no início do século XX, como faculdades isoladas, até o surgimento das universidades estaduais, criadas nos anos 1970 e 1980, nas cidades de Sobral e Crato. De acordo com Suliano (2013), a expansão do ensino superior para o interior cearense era uma demanda antiga, no entanto, prevaleceu o modelo de concentração do ensino superior nas capitais.

Assim, quando se inicia o século XXI, o Ceará contava com a Universidade Federal do Ceará (UFC), ofertando seus cursos na capital, e três universidades estaduais atuando no interior, a Universidade Estadual do Ceará (UECE), com sede em Fortaleza e *campi* em Crateús, Quixadá, Limoeiro do Norte e Iguatu, a UVA, na cidade de Sobral, e a URCA, a última a ser criada, na região do Cariri. Entretanto, a demanda por cursos de educação superior no interior do Ceará era ainda muito superior à oferta.

Antes mesmo da formulação da expansão da educação superior, como política pública, a UFC implantou em Barbalha, em 2002, o curso de medicina, primeira graduação da área no interior cearense.

Em 2005, com a adesão da instituição ao Reuni, a UFC criou seu campus no Cariri, o qual daria origem à UFCA. Além de acolher o curso de medicina implantado em Barbalha, o campus implementou cursos em Juazeiro do Norte e no Crato. Esse campus, instalado no sertão semiárido, passaria a atuar como uma das forças motoras do desenvolvimento regional, ao ampliar o estudo a respeito do semiárido e de sua gente, e realizando o diálogo com os saberes tradicionais do território, buscando “[...] uma inserção da questão do semiárido de modo a ajudar na formação dos estudantes para compreenderem a região e possam contribuir com inovações relevantes para o desenvolvimento do semiárido” (QUEIRÓZ, 2009, p.139).

Ainda em 2011, a comunidade acadêmica do Campus Cariri iniciou discussões visando a constituição deste em universidade desmembrada da UFC. Dessa forma, a criação da UFCA, fruto de uma política do governo federal, recebeu influência direta da sua comunidade acadêmica em sua implantação (SILVA, 2016).

Ao ser criada, por desmembramento da UFC, pela Lei n.º 12.826, de 5 de junho de 2013, a UFCA, recebe do antigo Campus Cariri os *campi* de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, acrescido de dois *campi* que deveriam ser criados e implantados nas cidades de Brejo Santo e

Icó. A nova universidade surge com uma forte intervenção no desenvolvimento socioeconômico do território do Cariri, ampliando a ênfase que a comunidade acadêmica vinha dando ao semiárido, buscando constituir uma universidade que os próprios sertanejos reconhecessem como sua (SILVA, 2016).

Para tanto, faz-se necessário o contato entre os saberes universitários e os saberes populares do território, o que possibilita compreender o papel da convivência com o semiárido, retroalimentando as ações de ensino, pesquisa e extensão da universidade, uma vez que:

Essa concepção de convivência com o semiárido implica a reconstrução de valores, princípios e prioridades que orientem novas concepções de desenvolvimento sustentável, que dependem, em grande parte, de mudanças de conhecimentos e atitudes por parte da população e, principalmente, dos governantes, construindo e implementando políticas de educação inclusiva e contextualizada que garantam acesso, qualidade e respeito às diversidades do semiárido. É nesse espaço que a escola/educação adquire uma importância significativa: a de estar colaborando com a formação desses valores e o estabelecimento de prioridades para a região semiárida (BEZERRA; ROSITO, 2011, p. 186).

Trata-se de uma universidade em construção contínua, que atua na sociedade ao tempo em que a sociedade também a transforma. Uma universidade aberta à complexidade do semiárido buscando novas formas de se relacionar interna e externamente, o que “[...] implica em mais democracia, em maior participação dos servidores técnicos, dos estudantes e da comunidade na gestão da instituição, na elaboração de seus princípios e normas” (SILVA, 2016, p. 74). É preciso entender que:

As instituições federais de Ensino Superior não podem apenas expandirem-se para o sertão semiárido, é preciso que elas, ao contato com este semiárido se transformem e possam ser vista tanto por seus pares, quanto pela comunidade interna e externa a instituição como uma universidade sertaneja. E reconhecer que os conhecimentos e saberes produzidos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão são tão representativos quanto àqueles produzidos nos grandes centros (SILVA, 2016, p. 74).

Diante dos desafios que se colocam, e sua formação, a UFCA, como pode ser avaliado em seu planejamento estratégico, tomou a opção pelo desenvolvimento sustentável, buscando ampliar o diálogo entre a academia e o território em que está inserida. Essa opção modela o desenvolvimento da instituição e norteia suas decisões.

Além da UFCA, a política pública de expansão da educação superior também estimulou o crescimento da rede privada de educação superior no território. Tanto instituições originárias da própria região como a instalação de grandes grupos de educação impulsionaram a oferta de

vagas, transformando Juazeiro do Norte e seu entorno em uma cidade polo de ensino superior, atraindo estudantes não só de outras localidades do Ceará, como, também, dos estados vizinhos.

EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM DIREITO OU UM SERVIÇO?

É cada vez mais comum a visão de que o ensino superior é um serviço, como qualquer outro, a ser explorado por grandes empresas privadas, que se colocam como grupos de educação. A demanda crescente por qualificação, principalmente nas cidades mais afastadas das capitais, representa uma oportunidade de lucros para essas organizações, ampliando a mercantilização da universidade.

Essa mercantilização reconfigura as formas e funções da universidade. Para Bellei (2006), a penetração do mercado na instituição universitária retira o protagonismo de pesquisadores e docentes e privilegia os administradores e gestores, fazendo com que o aluno seja visto como consumidor, relegando o professor ao papel de um mero reprodutor de formas rápidas de formação, devido a serem mais produtivas, em detrimento da educação. Esse paradigma empresarial na educação é imposto às universidades, tanto públicas quanto privadas, conformando um mercado educacional, preocupado, tão somente, em garantir a máxima rentabilidade (SANTOS, 2010).

A mercantilização é responsável, ainda, pela transformação dos saberes em mercadorias e fatores de produção, deixando ao Estado o papel de agente regulador (LAVAL, 2004). Essa regulação se efetua através de avaliações, baseadas nas estatísticas do atendimento às demandas do mercado, por parte das instituições de ensino, quer sejam estas públicas ou privadas. Isso reforça uma concepção economicista da educação, que retira o investimento público da mesma ao tratá-la como um mercado como qualquer outro, cabendo seu custeio ao indivíduo que deseja a qualificação (FREITAS, 2018).

Não se pode esquecer que o ensino superior, público ou privado, não foge à lógica do capitalismo, refletindo as tensões da luta de classes (BAUER, 2010). Por isso, quando há uma acentuada mudança de perspectiva social, tal como a provocada pelo avanço atual das ideias neoliberais, também o ensino superior passa por transformações. Afinal, “[...] a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35).

Pelo fato de ser uma construção histórica, a universidade é bastante influenciada pelas suas interações com a sociedade. Ambas, universidade e sociedade, refletem-se mutuamente. A educação superior foi se transformando ao longo do tempo para dar respostas às mudanças da sociedade. Com a ascensão do capitalismo, a educação superior se identifica e se reproduz de acordo com as práticas sociais da “forma de vida” capitalista.

Por “forma de vida”, quero dizer formações sociais constituídas por meio do que chamo de “conjuntos” de práticas, que incluem práticas econômicas, sociais e culturais. Nesse contexto o grande objetivo de uma abordagem na “forma de vida” é compreender as práticas econômicas como sociais – num contínuo com as outras práticas e em conexão umas com as outras. Se podemos compreender formas de vida como conjuntos agregados, mais ou menos robustos, de práticas sociais de diferentes tipos, então práticas econômicas também pertencem ao escopo desse contexto. Portanto, práticas econômicas não são “o outro”, e sim uma parte do tecido sociocultural da sociedade (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 158).

Como visto, a educação superior no Brasil surge tardiamente, sendo ofertada, exclusivamente, pelo Estado durante a maior parte de sua história. A oferta de vagas no setor privado surge em meados do século XX, e com sua expansão no século XXI elas superam, em larga medida, as vagas ofertadas pelas instituições públicas. Nesse momento, além das pressões por sua mercantilização, a universidade sofre, ainda, um processo de alienação do imaterial. A subordinação completa da educação superior ao capital se faz necessária para concluir essa alienação, daí o aprofundamento das políticas neoliberais na sociedade.

Essas medidas neoliberais dão sentido a um movimento de esvaziamento das políticas públicas voltadas para a educação superior, por meio de políticas de austeridade. A austeridade se faz sentir por meio de medidas como o corte e o contingenciamento de recursos, com a consequente diminuição dos investimentos, entraves para mobilidade de pesquisadores, e ainda, intervenções e ataques à autonomia universitária e às instituições, cada vez mais comuns à rotina das instituições federais de ensino superior (IFES). Segundo o receituário neoliberal, a universidade precisa ser um simples apêndice do mercado, fornecendo profissionais qualificados, mas acríticos, de acordo com as demandas do capital, ao tempo em que, suas pesquisas, financiadas unicamente pelo mercado, voltar-se-iam para o atendimento dos desejos deste.

Para evitar a submissão completa aos interesses do capital, é preciso reafirmar a legitimidade da universidade. No entanto, essa legitimidade não pode mais ser assegurada apenas pela formação de uma elite privilegiada e pela produção de um conhecimento também

socialmente privilegiado (SANTOS, 2010). Concebida para educar as elites, a universidade brasileira precisa se reinventar, buscando formas de contato e diálogo com as classes historicamente excluídas do ensino superior, considerando que, “[...] a educação isolada de outros setores e sem a participação da sociedade, não pode promover a transformação necessária. Entretanto, sem ela, essa transformação torna-se inviável” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011, p. 11).

A educação superior precisa ir além do seu papel tradicional, abrindo-se a novos saberes e a seus atores, para que, assim, possa “[...] perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito” (MESZÁROS, 2008, p. 35). A educação superior deve ser ministrada por instituições que “[...] para funcionar de maneira adequada, precisam ser públicas, descentralizadas e com controle participativo das comunidades” (DOWBOR, 2013, p. 137). Ou seja, universidades democráticas, abertas às comunidades que estão ao seu redor. Isso a despeito dos argumentos que afirmam que apenas o investimento privado teria o dinamismo e a capilaridade necessária para atender a alta demanda por educação superior dos jovens brasileiros.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A UFCA

Desde o momento da sua criação, na comunidade acadêmica da UFCA existia uma compreensão de que a universidade recém-criada deveria ter suas atividades voltadas para os estudos de sustentabilidade, convivência com o semiárido e valorização da cultura e saberes da população da região (SILVA, 2016). Para oficializar esse entendimento, a universidade discutiu e aprovou um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, 2017), que colocaria a UFCA e sua atuação em constante diálogo com a comunidade de seu entorno.

Em seu PDI, a URCA pôde apresentar sua missão, visão e valores. A missão de uma organização é a sua finalidade, sua razão de ser. A instituição especifica que o cumprimento de sua missão é um dos critérios que definirão seu sucesso enquanto instituição pública. Essa missão é:

- “Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável”.

Outro elemento importante que norteia as ações da universidade é a visão. A visão é a idealização de um futuro desejado. A visão da UFCA indica o que a instituição gostaria de se tornar e como gostaria de ser reconhecida. A mesma deve sensibilizar as pessoas que atuam na instituição, assegurando a sua mobilização e alinhamento aos temas estratégicos. A visão da Universidade Federal do Cariri:

- “Ser uma universidade de excelência em educação para a sustentabilidade por meio de ensino, pesquisa, extensão e cultura”.

Para orientar o processo decisório da instituição no cumprimento da missão organizacional, foram elencados alguns valores e princípios que possam dar significado às atitudes e comportamentos que buscam, em última análise, a satisfação da comunidade universitária e da sociedade em geral. Valores da UFCA seriam:

- priorizar o estudante;
- respeitar e valorizar a diversidade;
- cultivar um ambiente saudável e valorizar as pessoas;
- primar por uma gestão participativa, ética e transparente;
- ser parte da comunidade e valorizar a cultura regional;
- comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade;
- buscar a inovação administrativa e acadêmica.

Dois desses valores, no caso o “ser parte da comunidade e valorizar a cultura regional” e o “comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade”, dialogam diretamente com o desenvolvimento regional sustentável e vão ao encontro do desejo da comunidade de pensar a UFCA, enquanto uma universidade do semiárido, que seja reconhecida como pertencente ao território.

De acordo com a missão, visão e valores, o PDI estabeleceu alguns objetivos relacionados a sua atuação junto à sociedade, principalmente a do Cariri:

- **Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e a dinâmica cultural** – Atuar para que as ações da UFCA tenham impacto significativo na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e na cultura local. Esta atuação deve ser pautada pelo respeito à diversidade cultural e às práticas já existentes, sem, contudo, abrir mão de uma perspectiva crítica e da proposição de novos modelos e soluções para os dilemas existentes na região.

- **Formação de pessoas capazes de participar em ações transformadoras da sociedade** – Auxiliar a formação de cidadãos com responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento sustentável, cientes das dimensões cultural, ambiental e socioeconômica.

Esses objetivos voltam a UFCA para o diálogo com a sociedade. Norteados as ações de uma universidade surgida para dar respostas às demandas de um território carente de oportunidades, daí a necessidade de entender que construir “[...] uma Universidade não é uma tarefa simples. Ela envolve as mais variadas decisões políticas de investimento, alocação de recursos, concepção e outras. Envolve também a decisão de construir o novo, uma universidade do futuro, no presente, quando seria mais fácil replicar o modelo existente” (SILVA, 2016, p. 122).

No caso da UFCA, a aposta que se faz é em uma universidade que se identifique enquanto uma universidade sertaneja, que se pautar pelo paradigma da convivência com o semiárido, respeitando os saberes populares, evitando ser apenas uma transplantadora do conhecimento externo à região, mas que possibilite a construção de um conhecimento pertinente e socialmente inserido. Em 2022, a UFCA está revisando seu PDI, e as discussões apontam para a continuidade desse esforço por construir o desenvolvimento regional do Cariri, efetivando, assim, uma universidade que seja reconhecida pelos habitantes da região como sendo uma instituição plenamente sua, uma universidade sertaneja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizer que os documentos oficiais da universidade apontam para uma perspectiva diferente da que se desenvolve hegemonicamente não significa que isso se efetive na prática. Discursos e práticas se distanciam, constantemente, nas instituições brasileiras. Para além disso, o mercado atua sobre a universidade no sentido de que a universidade pública adote uma postura mais próxima aos padrões de eficiência capitalistas, atrelando seus processos ao mercado.

Docentes, técnicos e discentes são, constantemente, expostos a essas pressões, tendo que tomarem escolhas sobre suas atividades acadêmicas, levando em consideração o que desejam construir no Cariri e o que é possível realizar diante dos cortes orçamentários e dos ataques à educação superior pública, orquestrados pelos mais diversos partidários da diminuição da atuação estatal na educação.

A universidade identificada com o território e que está implantada é uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento regional. No entanto, as pressões por mercantilização e para que a educação superior se torne simples apêndice do mercado desvirtuam-na, deixando-a isolada e sem diálogo com a comunidade que vive em seu entorno. Um modelo que considere a gratuidade do ensino, bem como a pesquisa colocada a serviço da sociedade, trocando, por meio da extensão, saberes com a comunidade para produção de novos conhecimentos, é necessário diante da realidade brasileira e do Cariri cearense.

REFERÊNCIAS

BALDIJÃO, Carlos Eduardo; TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **A educação no governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

BAUER, Carlos. **A classe operária vai ao campus**: esboço de uma história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea. São Paulo: Editora Sundermann, 2010.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Universidade Mercado e crise do pensamento. *In*: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. (orgs.) **Universidade e compromisso social: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005**. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; ROSITO, Margaréte May Berkenbrock. Formação de profissionais que atuam em escolas de educação básica localizadas no semiárido brasileiro: uma contribuição aos estudos da alteridade nas políticas públicas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 165-190, jan./mar. 2011.

CEZNE, Adrea Nárriman. O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental. **Educação**, [S. l.], 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1532>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CHALUB, Leila; FRATE, Claudio Albuquerque; VICENTIM, Fabiana Moreira. Inserção social e universidades brasileiras: as melhores práticas. *In*: **As novas dimensões da universidade: interdisciplinaridade, sustentabilidade e inserção social**. Elimar Pinheiro do Nascimento e Alfredo Pena-Veja (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica**: alternativas de Gestão Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2013

FRAZER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Londrina: Editora Planta, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

QUEIRÓZ, Manuel Abílio de. Semiárido brasileiro: uma análise das potencialidades e das competências para seu desenvolvimento. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v.14, n. 29, p. 129-144, jul./dez. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Wagner Pires da. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SULIANO, Daniele Cirilo. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC): avaliação das repercussões educacionais e sociais.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **PDI UFCA 2020: Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Cariri.** UFCA: Juazeiro do Norte, 2017.